

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XV
APRESENTAÇÃO	XIX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
OS SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	7
1. A origem e natureza do controle difuso de constitucionalidade das normas: a experiência norte-americana.	18
2. A jurisdição constitucional de Hans Kelsen.....	28
2.1 O positivismo em Kelsen e o fundamento da validade e legitimidade normativa.....	29
2.2 O Tribunal Constitucional e o mito do legislador negativo.	38
2.3 O guardião da Constituição para Hans Kelsen.....	44
3. Uma análise sobre o controle de constitucionalidade no Brasil.	48
CAPÍTULO 2	
A MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E SEUS REQUISITOS.....	61

1. A modulação temporal dos efeitos decorrentes da declaração de inconstitucionalidade de uma norma como mecanismo procedimental para a preservação da estabilidade das relações jurídicas.....	62
2. Os requisitos para a modulação temporal <i>pro futuro</i> : a segurança jurídica e o excepcional interesse social. A construção solipsista desses conceitos indeterminados, segundo a norma prevista no art. 27 da Lei n.º. 9.868/99.	71
2.1 O requisito da segurança jurídica como fundamento para a modulação temporal	73
2.2 A interdeterminabilidade do excepcional interesse social como o requisito para a modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	90
3. A construção compartilhada do sentido correspondente aos requisitos para a modulação temporal <i>pro futuro</i> pelo atendimento ao contraditório.....	97

CAPÍTULO 3

A INCONSTITUCIONALIDADE NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PELA AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE DECISÓRIA.....	113
1. A pós-modernidade no processo pela teoria neoinstitucionalista do processo (superação das teorias anteriores)	114
2. A ilegitimidade decisória como fundamento da inconstitucionalidade do procedimento estabelecido pelo art. 27 da Lei n.º. 9.868/99 para a atribuição de efeitos <i>pro futuro</i> à declaração de inconstitucionalidade.	133
2.1 A segurança jurídica como legitimidade decisória: a necessidade de conexão entre o contraditório e a fundamentação das decisões como requisito de validade da decisão.....	135
2.2 A ausência de legitimidade das decisões que aplicam os efeitos <i>pro futuro</i> e a inconstitucionalidade da interpretação isolada do art. 27 da Lei n.º. 9.868/99 por descon sideração de direitos fundamentais.	143

3. A exceção procedimental (pela interpretação isolada do art. 27 da Lei n.º. 9.868/99) como regra e a inconstitucional criação de um Estado-Juiz de Exceção.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173